



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 9º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 2022-7828 e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23123.002846/2019-10

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste Projeto Básico consiste em “ *Contratação de serviços de treinamento de fontes de informação (porta-vozes) para atendimento à imprensa, destinados a autoridades, dirigentes e técnicos do Ministério da Educação (MEC) que atuam como interlocutores com a imprensa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.*”

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Ministro da Educação tem o dever de dar publicidade aos atos e responsabilidades do Ministério, ao informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmentos específicos da sociedade sobre as atribuições da instituição.

2.2. Essa comunicação – intermediada pela imprensa – permite que a população tenha acesso às informações sobre atos, programas, projetos e estudos, normativos, além de suas metas e resultados. Permite, ainda, explicar políticas públicas, divulgar direitos, serviços e estimular a participação social. Dada a relevância que a imprensa possui para transmissão de informações de interesse público e para ajudar a dar transparência aos atos governamentais, é importante que dirigentes desta autarquia federal tenham capacidade de atender qualificadamente a imprensa tanto no fornecimento de informações quanto na forma de transmiti-las pelos diferentes meios de comunicação.

2.3. Os media trainings ou oficinas de entrevista buscam estimular e orientar as fontes de informação sobre a relação com a imprensa ao abordar temas como a dinâmica do jornalismo e a natureza da imprensa. Por meio de explicações e exercícios, permitem, também, qualificar o fornecimento de informação à sociedade sobre ação e políticas desta casa, ao orientar sobre o atendimento aos jornalistas nas diferentes formas de contatos com a imprensa.

2.4. O treinamento proposto será de quatro (4) horas, dirigido ao Ministro da Educação.

### 3. FUNDAÇÃO LEGAL

3.1. A referida aquisição tem por base o artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, observamos, com adaptações, o modelo de edital de serviços de comunicação corporativa da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, conforme expresso:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1. O treinamento proposto será de quatro (4) horas, dirigido ao Ministro da Educação.
- 4.2. O media training acontecerá na sede da MEC em Brasília em ambientes com recursos de internet, monitores de TV, e em salas que permitam os atendimentos individuais.
- 4.3. Despesas de com transporte e alimentação da equipe de instrutores correrão por conta da empresa a ser contratada.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
1	Media Training	4 horas	1

#### 5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

- 5.1. As especificações dos serviços deverão obedecer aos requisitos apresentados conforme segue:
- 5.1.1. **Conteúdo do media training:**
- 5.1.1.1. Preparação de porta-vozes em relação a técnicas de entrevistas para todos os tipos de veículo (impresso, digital, rádio e TV), posicionamento e conteúdos estratégicos para o MEC em períodos de normalidade ou de crise;
- 5.1.1.2. Indicação dos erros e equívocos que ocorrem com frequência nos relacionamentos com a mídia;
- 5.1.1.3. Ensino de técnicas de postura, colocação de voz e gestual para transmissão correta das mensagens necessárias;
- 5.1.1.4. Auxílio na seleção de mensagens que informem da melhor forma a opinião pública, aperfeiçoando o relacionamento com a mídia;
- 5.1.1.5. Aprimoramento do desempenho dos participantes a partir de exercícios práticos.
- 5.1.2. **Planejamento e Execução de Media Training:**
- 5.1.2.1. Descritivo: Treinamento de porta-vozes para relacionamento com a imprensa, mediante apresentação de perfil dos veículos de comunicação e de jornalistas de diferentes mídias, orientações e procedimentos para o contato adequado com jornalistas, com acompanhamento de especialista em oratória, atividades práticas, por meio da simulação de entrevistas, análise e avaliação conjunta da postura dos participantes em situações diversas, simulação de entrevistas com gravação de vídeos, e posterior análise de performance pelos profissionais que ministram o treinamento.
- 5.1.2.2. O media training será de quatro (4) horas, dirigido ao Ministro da Educação.

#### 6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega do material OU a execução dos serviços objeto desta contratação, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.
- 6.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer irregularidade referente ao objeto.
- 6.4. Efetuar o pagamento à Contratada mediante apresentação da respectiva fatura, após comprovação da regularidade fiscal e do ateste pela Contratante, através de crédito em conta bancária observando-se a legislação atual.
- 6.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

6.6. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

## **7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deverá executar o fornecimento dos produtos descritos no presente Projeto Básico.

7.2. Entregar fielmente o objeto contratado no prazo estipulado.

7.3. Zelar pela perfeita execução da entrega do material, devendo as falhas, que porventura vierem a ocorrer, serem sanadas no menor prazo possível.

7.4. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vierem a ocorrer na entrega do material e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

7.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a avença firmada sem prévia e expressa anuência da Contratante;

7.6. Manter durante toda a execução do objeto as condições inicialmente pactuadas.

7.7. Antes do treinamento: Planejamento e estruturação do media training e parceria com o contratante acompanhado de relatório assinado pelas duas partes.

7.8. Durante o treinamento: Alocação de equipe multifuncional (com jornalistas e especialista em oratória), com disponibilidade de equipe de produção de vídeo (repórter, cinegrafista e auxiliar) e de rádio.

7.9. Após o treinamento: Entrega de relatórios de avaliação com informações sobre o evento e o desempenho de cada treinando, acompanhado de orientações para aprimoramento e dos arquivos das gravações realizadas no decorrer do treinamento.

7.10. Cumprimento do prazo.

7.11. Pertinência das atividades práticas e simulações realizadas no treinamento com as situações reais vivenciadas pelo MEC.

7.12. Habilitação técnica da equipe de instrutores

7.13. Formação em jornalismo e experiência mínima de dez anos em veículo noticioso de abrangência nacional devidamente comprovadas.

7.14. Profissional especializado em oratória com experiência mínima de cinco anos.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

8.1. O Termo de Contrato de execução dos serviços será substituído pela Nota de Empenho, na forma do §4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

9.1.1. O media training será de quatro (4) horas, dirigido ao Ministro da Educação.

9.1.2. Pertinência das atividades práticas e simulações realizadas no treinamento com as situações reais vivenciadas pelo MEC.

9.1.3. Treinamento de porta-vozes para relacionamento com a imprensa, mediante apresentação de perfil dos veículos de comunicação e de jornalistas de diferentes mídias, orientações e procedimentos para o contato adequado com jornalistas, com acompanhamento de especialista em oratória, atividades práticas, por meio da simulação de entrevistas, análise e avaliação conjunta da postura dos participantes em situações diversas, simulação de entrevistas com gravação de vídeos, e posterior análise de performance pelos profissionais que ministram o treinamento.

## 10. ESTIMATIVA DE PREÇO

10.1. Os custos estimados deverão ser obtidos por meio de Pesquisa de Preços a ser realizada pela área técnica demandante

Serviço	Empresa	Valor Orçado (Pesquisa de Preços)
Media training - Duração de quatro (4) horas, dirigido ao Ministro da Educação	FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda	R\$ 17.000,00
	Informe Comunicação	R\$ 22.000,00
	CDN Media Workshop Ltda	R\$ 23.000,00

## 11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, após o recebimento Definitivo do material, com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pelo representante da Administração, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, e, quando for o caso, das multas aplicadas.

11.2. As Notas Fiscais devem ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009.

11.3. Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, se for o caso, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

11.4. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

11.5. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do Contratante, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

11.6. Havendo atraso de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

11.7. Na hipótese de pagamentos de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

11.8. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado: (Instrução Normativa Nº 2, de 6 de Dezembro de 2016)

a) ao quinto dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal ou fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu §1º; ou

b) a trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, para os demais casos;

c) Constatada, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, situação de irregularidade do fornecedor contratado, será adotado o procedimento previsto no §4º do art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010.

11.9. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, Lei nº 9.718, de 27/11/1998 e IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela IN/RFB nº 1.244, de 30/01/2012, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem como a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente.

11.10. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (artigo 27, § 2º, do Decreto nº 5.540/2005).

## **12. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante dispensa de licitação.

12.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

12.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

13.1. Será selecionada empresa pelo critério de menor preço global, na forma prevista no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

13.2. O preço deverá considerar todos os custos diretos e indiretos, (taxas, impostos, fretes, etc.), para a execução dos serviços.

13.3. As empresas deverão apresentar orçamento de preços, com as devidas descrições.

13.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.

## **14. DO REAJUSTE**

14.1. Os valores descritos neste Projeto Básico serão fixos e irredutíveis durante a vigência do Contrato.

## **15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

15.1. O recebimento do objeto deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso I e seus parágrafos, da Lei nº. 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:

15.1.1. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei, autorizando emissão da nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação, observados os artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993.

15.2. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á ofício de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o objeto deste Projeto Básico, será rejeitado, devendo ser

sanado os problemas no prazo máximo de 05 (cinco) dias, quando se realizarão novamente as verificações em conformidade com o Item 5.1.

15.3. Caso a correção não ocorra em até 05 (cinco) dias, ou caso o novo item também seja rejeitado, a empresa estará incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.

15.4. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Sendo que os custos da correção dos serviços rejeitados correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

15.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Com fundamento na Portaria MEC nº 120/2016, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e demais cominações legais a licitante vencedora que:

- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- não mantiver a proposta e não assinar o contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer declaração falsa;
- cometer fraude fiscal; ou
- incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

16.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

16.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à empresa.

16.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

16.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destaca-se as possíveis aplicações:

- advertência;
- multa de:
  - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
  - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o

valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;

- 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.
- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).
- As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.8. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.9. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

17.1. A aquisição objeto desta contratação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber;

17.2. A licitante vencedora deverá observar, no que couber:

I -O art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, devendo adotar as práticas de sustentabilidade descritas no Encarte “E”, na execução dos serviços, quando couber.

II -que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

III -que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

17.3. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico **dicorp@mec.gov.br**, subsidiadas pela área técnica.

Brasília-DF, 29 de abril de 2019

**Denilson Ribeiro Teixeira**

Chefe da Assessoria de Comunicação Social - Substituto  
ACS/GM/MEC



Documento assinado eletronicamente por **Denilson Ribeiro Teixeira, Coordenador(a), Substituto(a)**, em 29/04/2019, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1529828** e o código CRC **9DA6ED6C**.

1.